



RELISE

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: FORMAS DE COMBATER A POBREZA, A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE¹

Osnei Francisco Alves²

Eliete Cristina Pessôa³

RESUMO

Um dos problemas sociais que afeta a sociedade brasileira na atualidade é a desigualdade social que acarreta outros problemas como: a pobreza, a violência e a criminalidade. O empreendedorismo social é uma forma de criar riqueza para a sociedade e desenvolver formas de combate à pobreza, para garantir uma vida melhor e uma sociedade mais justa. As ascensões econômicas são as oportunidades que as pessoas têm para utilizar recursos econômicos para consumo, produção ou troca. Essas oportunidades existem na medida em que o aumento de riqueza e renda do país se reflete no correspondente aumento de recursos econômicos da população. A riqueza de um país depende em grande parte das condições distributivas ou do modo como as rendas adicionais são distribuídas. O objetivo desse artigo é refletir sobre a prática do empreendedorismo social para combater a pobreza, a violência e a criminalidade, a metodologia utilizada foi a bibliográfica onde é possível buscar informações pertinentes a respeito do tema, refletir sobre a problematização e propor melhorias.

Palavras-chave: Sociedade; Empreendedorismo social; Violência; Riqueza.

ABSTRACT

One of the social problems that affect Brazilian society today is social inequality that leads to other problems such as poverty, violence and crime. Social entrepreneurship is a way of creating wealth for society and developing ways to fight poverty, to ensure a better life and a fairer society. Economic rises are the opportunities people have to use economic resources for consumption, production, or exchange. These opportunities exist insofar as the country's increase in wealth and income is reflected in the corresponding increase in the population's economic resources. The wealth of a country depends largely on the distributive conditions or on how the additional incomes are distributed. The

¹ Recebido em 05/12/2018.

² Centro Universitário Braz Cubas. consultorosnei@gmail.com

³ Secretaria de Educação do Paraná. elietecristina.adm@gmail.com

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, n. 5, p. 106-121, set-out, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

107

purpose of this article is to reflect on the practice of social entrepreneurship to combat poverty, violence and crime, the methodology used was the bibliographical where it is possible to seek pertinent information on the subject, to reflect on the problematization and to propose improvements.

Keywords: Society; Social entrepreneurship; Violence; Wealth.

INTRODUÇÃO

Na atualidade brasileira é visualizado o crescimento da pobreza, advindas pelo desemprego, falta de oportunidades e educação precária. Diante desse cenário é alarmante o crescimento da violência e criminalidade principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

A sociedade espera que haja desenvolvimento sustentável com pilares que englobam os níveis: social, ambiental e econômico. Para Sen (2000), o desenvolvimento “está relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades de que desfrutamos” e, portanto, renda e riqueza são desejáveis unicamente porque são meios para adquirirmos “mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar”. Ou seja, o crescimento econômico constitui um dos meios para promoção do desenvolvimento. Este, por sua vez, significa a ampliação das liberdades substantivas através da remoção das condições que acarretam sua privação, num processo de expansão de capacidades. Por consequência, a pobreza é vista como uma privação de capacidades básicas, não se limitando a uma constatação de baixos níveis de renda, o qual constitui o critério tradicional de identificação desta condição.

O objetivo desse artigo é propor uma reflexão sobre a influência do empreendedorismo social para o desenvolvimento social e local para gerar renda e propiciar uma qualidade de vida para a sociedade para minimizar a violência e a criminalidade.



RELISE

108

O artigo tem como justificativa os problemas sociais, pois lamentavelmente a visão atual é realizar ações que garantam o sucesso do capital. Porém, é necessário mostrar através da realidade, que a pobreza deve ser enfrentada por ações concretas que busquem as causas estruturais deste problema, mudando as formas de pensar a pobreza, os conceitos que foram adotados historicamente com o objetivo de manter a ordem estabelecida. Diante disso, torna-se necessário que o indivíduo alcance sua autonomia e liberdade através da minimização da desigualdade social e da garantia do acesso aos bens necessários para seu desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO

Empreendedorismo Social

Na última década do século XX, a mobilização de pessoas e organizações em torno de questões socioambientais intensificou-se e adquiriu mais visibilidade, propiciando a identificação de traços comuns a tais iniciativas, inserindo-as no contexto do empreendedorismo social. Passaram a ser reconhecidos como empreendedores sociais as pessoas ou os grupos que identificam oportunidades para gerar mudanças sociais, com visão estratégica, ações inovadoras, efetividade de resultados e transparência de gestão (FISCHER, 2011; DEES, 2001).

Para Gerber (1992), o empreendedor é o visionário dentro de cada ser, o catalisador das mudanças e diante disto:

O empreendedor vive no futuro, nunca no passado, raramente no presente. É mais feliz quando livre para construir imagens de “e se” e de “e quando”. O empreendedor é a personalidade criativa, sempre lidando melhor com o desconhecido, perscrutando o futuro, transformando possibilidades em probabilidades, caos em harmonia (GERBER, 1992, p. 22).



RELISE

109

Para Santos (2008), o sucesso para o empreendedor significa engajar-se em um processo de criação destrutiva, no qual ele procura arruinar o processo produtivo atual e a dinâmica competitiva, centrada muitas vezes em custos, e introduz um novo produto, novos arranjos de distribuição, e novas ideias de comunicação e posicionamento, frequentemente sob condições de risco e de incertezas.

Para os empreendedores sociais, a missão social é central e explícita. E obviamente, isso afeta a maneira como os empreendedores sociais percebem e avaliam as oportunidades. A criação central torna-se o impacto relativo à missão e não a riqueza. Para os empreendedores sociais a riqueza é apenas um meio para um determinado fim (DEES, 2001, p.3).

Baseando-se no informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO de 1996, Kliksberg (2003) propõe que as inter-relações entre cultura, capital social e desenvolvimento precisam ser mais valorizadas, sobretudo na luta contra a pobreza. Promover a utilização de saberes, tradições, relações entre os homens e com a natureza tem como resultado a elevação da autoestima e o fortalecimento da identidade coletiva, a integração social e o cultivo de valores de cooperação e solidariedade.

Apenas uma nova socioeconomia – que crie empregos produtivos, crie oportunidades reais para que os trabalhadores informais possam passar à economia formal, invista vigorosamente em saúde e educação, amplie e potencialize as possibilidades produtivas dos pobres, promova e facilite sua articulação social e sua organização, e privilegie as crianças e as mulheres – poderá reverter o atual quadro de enfraquecimento do tecido social (KLIKBERG, 1997, p. 46).

O empreendedorismo social emerge como uma dentre várias propostas de enfrentamento à pobreza e expressões da questão social face ao contexto da sociedade globalizada. Insere-se, portanto, em uma realidade paradoxal e complexa (OLIVEIRA, 2003).

O empreendedor social emerge como a liderança capaz de reunir recursos individuais, privados e coletivos para viabilizar o desenvolvimento e a implantação de soluções aos problemas sociais crônicos:



RELISE

110

São pessoas que percebem onde há uma oportunidade para satisfazer algumas necessidades que o sistema social do Estado não vai ou não pode alcançar, e que captam coletivamente os recursos necessários (geralmente pessoas, às vezes voluntários, dinheiro e premissas) e os usam para “fazer a diferença” (THOMPSON et al., 2000, apud JOHNSON, 2000, p.5).

Violência no Brasil

Para Martins (2009), as relações que se estabelecem nas sociedades são amplamente marcadas por desigualdades de todas as naturezas. A dominação muitas vezes é naturalizada e pode ser percebida como um arbítrio, e aqueles que estão na situação de dominados consideram a situação inevitável, pois existe uma aceitação na “ordem das coisas”, uma concordância entre as estruturas objetivas e cognitivas, apoiadas na oposição entre dominados e dominantes.

Figura 1 – Violência no Brasil



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002, p. 12):



RELISE

111

Não há um fator único que explique por que algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades do que em outras. A violência é o resultado de complexa interação de fatores individuais, de relacionamentos sociais, culturais e ambientais. Entender a violência é um dos passos importantes na abordagem de saúde pública para evitar a violência.

Para Moraes (1981, p.25),

Violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição do corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. (...) Violentar o homem é arrancá-lo de sua dignidade física e mental.

Segundo a OMS (apud SÃO PAULO, 2009), a violência pode ser dividida em duas modalidades: violência interpessoal e violência coletiva. A violência interpessoal ocorre entre indivíduos e consiste em agressões praticadas no âmbito da família envolvendo crianças, companheiros, jovens e idosos, ou no âmbito da comunidade entre pessoas conhecidas ou não. A violência coletiva subdivide-se em violência social, política ou econômica. Enquadra-se nesse tipo de violência a exclusão socioeconômica, a discriminação e o racismo, dentre outros. Pode ser praticada por indivíduos ou pelo Estado.

As grandes cidades são encaradas como ambientes onde a violência encontra um contexto propício ao seu desenvolvimento, para Francisco (2004, p.29):

As cidades são os locais onde as paixões humanas afloram em toda a sua intensidade, gerando disputas e conflitos que vão desembocar no oceano comum da violência. (...) Mas em que esta violência se difere de outros tipos de violência? Existe realmente uma violência especificamente urbana?"

Ainda acerca da violência urbana, deve-se admitir que este conceito precisa ser repensado, como observa Melgaço (2005, p.15):

Definir o urbano não é tarefa fácil, e, por consequência, não é fácil definir este tipo de violência própria das cidades. No período atual, o urbano e o não urbano frequentemente se misturam, tornando cada vez mais tênue a fronteira que os separa.



RELISE

112

Figura 2 – Estatísticas da criminalidade no Brasil



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016.

No entanto, a maior contribuição a este debate vem de outro autor. Souza (2000, p.52) realça que a pergunta mais apropriada seria se há algo de especificamente urbano em certas manifestações da violência.

O que seria, assim, a violência propriamente “urbana”? Não parece razoável apontar sua especificidade como residindo meramente no fato de que uma cidade serve de palco ao ato violento. Que poder de discriminação analítica residiria, afinal, em considerar batalhas travadas em cidades, em meio a uma guerra convencional e de larga escala, como “violência urbana”? Parece muito mais produtivo reservar a expressão “violência urbana” para as diversas manifestações da violência interpessoal explícita que, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentem uma conexão bastante forte com a “especialidade urbana” e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidades ao se concretizarem no meio citadino, ainda que não sejam exclusivamente “urbanos” (a pobreza e a criminalidade são, evidentemente, fenômenos tanto rurais como urbanos) e sejam alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, da local à internacional.



RELISE

113

Para Odalia (1985), o viver em sociedade foi sempre um viver violento. “Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces”. Dessa forma, pode-se afirmar que ela se manifesta desde um passado antigo, no qual a luta pela sobrevivência e por território incitava os seres humanos a disputas físicas, até o período hodierno, quando o pensar e o agir em função da violência deixaram de ser atos circunstanciais, para se transformarem numa forma de ver e de viver do homem, principalmente daquele que habita nas grandes cidades.

Figura 3 – Gastos com segurança pública



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016.

Desenvolvimento social

O desenvolvimento social pode ser compreendido a partir da apropriação de três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Com isso, igualdade, equidade e solidariedade são elementos embutidos no conceito de desenvolvimento. O



RELISE

objetivo maior deixa de ser a maximização do PIB e se torna a promoção da igualdade e a redução da pobreza, maximizando vantagens dos menos favorecidos. (SACHS, 2004).

Para Sen (2000), o indivíduo assume papel central no processo de desenvolvimento: sua condição de agente, como alguém que age e ocasiona mudança, e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos é vetor para as transformações sociais. Nesse contexto, a liberdade individual é um produto social que deriva de uma relação de mão dupla entre (1) as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e (2) o uso de liberdades individuais, não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais mais apropriadas e eficazes.

De acordo com Franco (2000), durante a década de 1990, o conceito de desenvolvimento local sustentável consolidou-se no Brasil e em outros países que compunham a periferia do capitalismo, fortalecendo a noção de território e propondo soluções para o enfrentamento mais efetivo da pobreza, da desigualdade e da exclusão socioeconômica.

Sachs (2004) observa que esse processo de empoderamento das comunidades e a promoção da democracia direta são fundamentais para políticas de desenvolvimento e pode tornar-se um novo paradigma de economias mistas baseadas no diálogo, nas negociações e nos contratos entre os diferentes atores envolvidos com o desenvolvimento.

Compreender o desenvolvimento como um processo local leva ao resgate de dimensões esquecidas por abordagens globais: a identidade, a dinâmica própria e as especificidades que mantêm as relações de interdependência com áreas mais vastas. Dessa forma, o desenvolvimento local vai além de âmbitos empresariais, governamentais e da sociedade civil, construindo um sentido de comunidade local, estruturado sobre a construção



RELISE

115

de uma identidade territorial. Para que este dinamismo das relações possa fluir, deve-se prospectar a disponibilidade de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas nas localidades e territórios, passíveis de constituir seu potencial de inovação e desenvolvimento, gerando riqueza e qualidade de vida para a população local (BRITO; ZAPATA, 2004).

Para Sachs (2004), promover a inclusão social “justa”, rompendo com formas perversas, anormais e desiguais de inclusão social que impedem a apropriação efetiva da totalidade de direitos humanos, se converte em requisito central para o desenvolvimento. Esse “desenvolvimento includente” tem como valor fundamental o acesso de todos os cidadãos aos seguintes serviços públicos:

- Programas de assistência a minorias, voltados à compensação de desigualdades naturais ou físicas, e políticas sociais compensatórias financiadas pela redistribuição de renda;
- Acesso à educação de qualidade conjugada à erradicação do trabalho infantil;
- Programas de proteção à saúde que contemplem segurança alimentar, condições de saneamento básico e acesso a água potável, qualidade das condições de moradia e de trabalho, educação e medidas preventivas; e
- Provisão de condições adequadas de moradia.

O incentivo à criação de uma economia social está no cerne de muitas iniciativas de desenvolvimento local. O objetivo central seria o desenvolvimento de um ambiente favorável ao surgimento de formas de produção cuja relação com o mercado e com o Estado não seja baseada na acumulação capitalista, mas seja orientada pela lógica da sobrevivência e da solidariedade, como



RELISE

propõem os principais defensores da ideia de uma economia plural – Laville, Coraggio e Singer (LEITE, 2009).

METODOLOGIA

Conforme Gil (1994, p.27), o método pode ser definido como um “caminho para se chegar a determinado fim” e método científico é um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Conforme Gil (2002), o estudo de caso é um delineamento mais flexível que os demais. É natural que a elaboração de um relatório possa ser caracterizada por um grau de formalidade menor que o requerido em relação a outras pesquisas.

A pesquisa é uma atividade voltada para analisar e verificar a solução de problemas. Sendo assim, ela se inicia com uma dúvida ou um problema, buscando uma resposta ou solução, com a utilização do método científico. Pesquisa também é uma forma de buscar conhecimentos e descobertas acerca de um determinado assunto ou fato.

A pesquisa bibliográfica é interessante, pois estabelece a visão que muitos autores destacam sobre o tema, e forma uma base sólida para o estudo, propiciando uma discussão científica e pertinente abordando novas visões e capacidade crítica.

Em conformidade com os propósitos da pesquisa bibliográfica, optou-se por esse tipo de pesquisa, devido oferecer o desenvolvimento de uma reflexão

Importante e pertinente sobre a função das técnicas do empreendedorismo social para o combate a pobreza, a violência e a criminalidade.



RELISE

117

CONCLUSÃO

A sociedade contemporânea apresenta esgotamentos visíveis, tanto em relação aos recursos naturais quanto ao esgotamento das formas de relação entre as pessoas que nela habitam. Urge a tentativa de superação deste modelo social, a partir da análise de suas condições concretas de existência, na busca de um exercício metódico e sistemático para criação de referenciais, com novos paradigmas, que se tornem mediadores dessa superação e promovam a inclusão de todos os indivíduos.

No mundo contemporâneo, empreender é praticamente uma necessidade, principalmente por haver grande disputa no mercado de trabalho. O empreendedor tem seus fundamentos e conceitos apoiados na disciplina, na capacidade de assumir riscos, no espírito inovador, na ousadia e persistência, em ser um profissional visionário e de iniciativa própria.

Com sua ênfase na busca de soluções e na inovação social, empreendimentos sociais reduzem as tradicionais fronteiras entre os setores privado, público e o Terceiro Setor, e enfatizam modelos híbridos de atividades com e sem fins lucrativos. Promover a colaboração entre setores é inerente ao empreendedorismo social, assim como o desenvolvimento de novas e radicais abordagens para resolver antigos problemas. Essa conceituação sugere que, formalmente, empreendimentos sociais podem assumir uma grande variedade de formatos, incluindo organizações sem fins lucrativos, negócios com finalidades sociais (como bancos de desenvolvimento) e organizações híbridas que conjugam atividades com e sem fins lucrativos (como cooperativas de catadores de materiais recicláveis) (DEES, 2001; JOHNSON, 2000).

Para que seja possível alcançar esses resultados é necessário que as organizações proporcionem uma relação proativa com o aprendizado, deixando de lado a passividade dos processos e desenvolvendo um conjunto de inter-relações entre razão, intuição e imaginação. Por isso, é de fundamental



RELISE

importância que a sociedade fomente o comportamento empreendedor, com a sistematização e implantação de programas específicos, no âmbito pessoal e corporativo, bem como dissemine essa cultura internamente, proporcionando a atividade integrada com os objetivos internos e as necessidades externas.

O avanço na organização da sociedade civil e a pressão pelo empoderamento de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas projetam o empreendedorismo social como expressão da capacidade de segmentos e organizações sociais, comunidades e instituições públicas de organizar e implementar iniciativas pertinentes à melhoria das condições de vida locais e à abertura de oportunidades para grupos sociais menos favorecidos (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Hartigan (2006) define o empreendedor social como “um tipo diferente de líder social que, entre outras coisas, aplica soluções práticas a problemas sociais através da combinação da inovação, disponibilização de recursos e oportunidades. A inovação de um empreendedor social pode estar em um novo produto, serviço ou abordagem para um problema social”.

A inexistência de fronteiras claras e a premência da colaboração entre atores distintos fazem com que os empreendimentos sociais se lancem para horizontes bem mais longínquos do que a filantropia ou a responsabilidade social. Eles buscam: incrementar o desenvolvimento socioambiental de localidades esquecidas pelo crescimento econômico capitalista; tornar a sociedade inclusiva para aqueles que foram despojados das condições físicas, sociais e econômicas necessárias a sua inserção como pessoas, consumidores e cidadãos; ampliar as oportunidades para que cada qual se emancipe por sua própria conta, gerando renda e tendo liberdade para escolher o estilo de vida que prefere e o destino que propiciará ao seu filho; e assegurar que as próximas gerações tenham direito de nascer e viver em liberdade e com



RELISE

119

acesso aos recursos naturais que a biodiversidade oferece à vida humana (FISCHER, 2011).

Deste modo, as iniciativas empreendedoras descartam definitivamente os conceitos de assistencialismo e dependência, inserindo os de emancipação e cidadania. Não se trata apenas de modernização terminológica, mas de uma mudança radical nos valores que sustentam a atuação social.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local. In: Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Redesist, 2002.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016.

BRITO, Socorro; ZAPATA, Tania. **Equidade de Gênero e Desenvolvimento Local - Reflexões e orientações para a prática.** Brasília: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2004.

FISCHER, Rosa Maria. **Empreendedorismo social: apontamentos para um debate. In: Centro Ruth Cardoso (org.). Políticas sociais: ideias e prática.** São Paulo: Ed. Moderna, 2011.

FRANCISCO FILHO, Lauro L. **Distribuição Espacial da Violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento.** 2004. 213p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e sustentável.** Brasília: Agência de Educação para o desenvolvimento, 2000.

GERBER, M. E. **O mito do empreendedor: como fazer de seu empreendimento um negócio bem-sucedido.** São Paulo: Saraiva, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.



RELISE

120

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JOHNSON, Sherrill. **Literature review on Social Entrepreneurship**. *Canadian Centre for Social Entrepreneurship*. November 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, Feb. 2009.

MARTINS, M.T.S.L.. **Uma reflexão sobre a violência simbólica e a sua expressão na trajetória educacional de mulheres em idade avançada**. *Revista de Ciências da Educação*. UNISAL. Americana, SP – Ano XI – nº 21 – 2º Semestre/ 2009.

MELGAÇO, Lucas de M. **A Geografia do Atrito: dialética espacial e violência em Campinas – SP. 2005**. 128p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, I. K. **Pequenas e Médias Empresas: potencial exportador e papel na economia**. São Paulo: 2008.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania: Sistema de Proteção Escolar**. São Paulo, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



RELISE

121

SOUZA, Marcelo L. **O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio espacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.